



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 1/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA AOS QUATRO UM DIAS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-----

-----Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 21/12/2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Vereadores Dr. Acácio Fonseca Fernandes, Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes, eleitos pelo PS, uma vez que não estiveram presente na Reunião.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

subdelegadas nos Vereadores.-----

-----Informou ainda da publicação no Diário da República da seguinte legislação:-----

-----Lei nº. 42/2016, de 28 de janeiro – Orçamento do Estado de 2017;-----

-----Despacho nº. 15646/2016, de 29 de dezembro – Sobretaxa do IRS;-----

-----Decreto – Lei nº. 86-A/2016, de 29 de dezembro – Atualiza o valor da remuneração mínima mensal garantida para 2017;-----

-----Resolução do Conselho de Ministros nº.1/2017, de 2 de janeiro – Fixa as regras de gestão relativas às Lojas e Espaços do Cidadão.-----

-----Portaria nº. 3/2017, de 3 de janeiro – Portaria que procede à atualização do valor de referência do complemento solidário para idosos.-----

-----Portaria nº.4/2017, de 3 de janeiro – Portaria que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 1, referente ao dia 3 de janeiro corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO NORTE:-----

-----Foi presente a notificação do Tribunal Central Administrativo Norte, datada de 20/12/2016, sobre o conteúdo do Acórdão referente ao Processo nº. 1748/07.4BEVIS em que é recorrente o Município de Mortágua e recorridos Manuel Peixoto Pereira e outros.-----

-----O Assessor Jurídico do Município prestou em 03/01/2017 a seguinte informação sobre o assunto: -----

-----“Assunto: Processo nº. 1748/07.4BEVIS do Tribunal Central Administrativo Norte, em que é recorrente o Município de Mortágua e recorridos Manuel Peixoto Pereira e outros.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Informação:-----

-----Os autores/recorridos, Manuel Peixoto Pereira e outros, vieram pedir a condenação do Município de Mortágua a pagar-lhes, a título de indemnização por danos patrimoniais, a importância de €3.700,00 e, a título de danos não patrimoniais, o montante de € 2.000,00, pelo facto de, em finais do mês de Maio/início do mês de Junho de 2005, o município réu, através dos seus funcionários, ter derrubado/destruído um muro que ladeava/vedava um prédio rústico dos autores, do lado poente do mesmo, entrando nele com uma máquina retroescavadora, destruindo todo esse muro, quando procedia a obras no caminho público que confronta do norte com o referido prédio dos autores situado na localidade de Vale de Remígio, do referido concelho de Mortágua, e ter ainda cortado uma cerejeira com cerca de 12 metros de altura e 90 centímetros de diâmetro, que se encontrava plantada no mesmo prédio dos autores, tendo mesmo réu, após derrube de referida árvore, cortado a mesma em pequenos rolos inferiores a 20 centímetros quando, pelo menos, deveria ter cortado a mesma em rolos de pelo menos 3 metros de comprimento e, por isso, impedindo que esses troncos fossem utilizados em madeira para o fabrico de mobília, apenas permitindo a sua utilização para lenha, diminuindo, por isso, o seu valor económico. À semelhança do que sucedeu com o referido muro a poente do seu prédio, a invasão do prédio dos autores pela máquina retroescavadora do réu, permitiu que também fosse derrubado/abatido o muro do mesmo prédio, que o delimitava do seu lado nascente.-----

-----O tribunal de 1^a. instancia (Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu), julgou parcialmente procedente a ação e condenou o réu Município de Mortágua, a pagar aos autores, Manuel Peixoto Pereira e mulher, Ercília Augusto Simões, a importância total de € 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), a título de indemnização pelos danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos em consequência da descrita conduta do réu, acrescidos dos juros à taxa legal em vigor sobre a importância de € 3.400,00 (três mil e quatrocentos euros) fixados a título de indemnização pelos danos patrimoniais, desde a data da citação do réu, os mesmos juros à referida taxa desde a prolação desta sentença, sendo em ambas as situações até ao seu integral



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pagamento aos autores.-----

-----Foi interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Norte que concedeu o provimento parcial ao recurso interposto, mantendo a decisão da 1ª. instância na parte em que condenou o réu a pagar uma indemnização por danos patrimoniais (no valor de 3.400,00 euros acrescidos de juros), revogando a decisão recorrida na parte em que condenou o réu a pagar uma indemnização por danos não patrimoniais (fixadas na primeira instância em 2.000,00 euros), julgando nessa parte a ação improcedente.-----

-----No processo administrativo a regra é o duplo grau de jurisdição. Tendo sido interposto recurso da decisão da 1ª. instância, não haverá lugar a qualquer recurso ordinário tomado pelo Tribunal Central Administrativo do Norte.-----

-----Poderia existir um recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo, nos termos do artigo 150º. do CPTA se estivesse em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revestisse de importância fundamental ou quando a admissão do recurso fosse claramente necessária para uma melhor aplicação do direito, o que no caso vertente não se verifica.-----

-----Deste modo, a decisão em causa é insuscetível de recurso ordinário.”-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.2.1.-Protocolo celebrado entre o Instituto da Segurança Social I.P. e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito da campanha de divulgação do Complemento Solidário para Idosos:-----

-----Foi presente a circular referência 91/2016-PB, de 22/11/2016 da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que celebrou com o Instituto da Segurança Social IP um Protocolo de colaboração relativo à campanha de divulgação do Complemento Solidário para Idosos (CSI), que remete em anexo e que também está disponível na página da ANMP na internet, em www.anmp.pt.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.2.2.-Decreto – Lei nº. 85/2016, de 21 de dezembro. Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC –AP) – Entrada em vigor:-----

-----Foi presente a circular referência 98/2016-PB, de 21/12/2016 da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que foi publicado no Diário da República o Decreto –Lei nº. 85/2016, de 21 de dezembro, que procede, também, à alteração ao decreto – Lei nº. 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administração Públicas (SNC –AP).-----

-----Atendendo à importância desta matéria para os Municípios alerta para o facto de, por proposta da ANMP, a entrada em vigor do SNC – AP ocorrer apenas em janeiro de 2018 (e não em 1 de janeiro de 2017, como estava previsto), sem prejuízo das especificidades previstas no Decreto – Lei nº.85/2016.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AMARES:-----

-----Foi presente o correio eletrónico datado de 5/12/2016 da Assembleia Municipal de Amares através do qual remete a Certidão de deliberação – Moção taxas de servidão agrícola a partir de estradas nacionais e regionais – revogação do artigo 63º. da Lei nº. 34/2015, de 27/04, e dos artigos 3º.,4º. e 5º. da Portaria nº.357/2015, de 14 de outubro, e Certidão – Moção taxas de servidão agrícola a partir de Estradas Nacionais e Regionais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.1.1.1.-Ratificação do Processo nº. 61/2016:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura nº.61/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.1.2.-Promoção do Sucesso Escolar - Projeto da Escola Agarra a Vida:-----

5.1.2.1.-Síntese das Atividades do 1º. Período:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Relatório das Atividades desenvolvidas no 1º. Período do corrente ano letivo no âmbito do Plano de Ação do Projeto da “Escola, Agarra a Vida”, de que se destaca o Programa de “Orientação Escolar e Profissional do 8º. e 9º.ano e as ações “Visitas de conhecimento da oferta formativa” e “Sombra de um Profissional”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

6.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

6.1.1.-Empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira - Proposta para execução de trabalhos imprevistos:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara 07/12/2016 pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta de preços unitários apresentada pelo adjudicatário da Empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, para a execução de trabalhos imprevistos (passagem hidráulica Ø 1000):-----

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	UN	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
	DRENAGEM				
	PASSAGEM HIDRÁULICA Ø 1000				
<i>1</i>	Execução de passagem hidráulica Ø 1000, com fornecimento e assentamento de manilhas armadas pré-fabricadas da classe V, incluindo reforço da base de assentamento em camada de tout-venant com 30 cm de espessura devidamente compactada e posterior aterro técnico até recobrimento total da manilha.	<i>ml</i>	<i>341,62</i>	<i>175.00€</i>	<i>59.783,50 €</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2	Execução de caixas de visita com base em betão pré-fabricado armado e prolongamento em aneis pré-fabricados Ø 1250 armados, incluindo cone e tampa em FFD D400, bem como aterro técnico	un	2,00	3.250,00€	6.500,00 €
TOTAL					66.283,50 €

-----Sobre o assunto foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 29/12/2016, que a seguir se transcreve:-----

-----“Assunto: Execução da 1ª. fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Trabalhos Imprevistos:-----

-----No seguimento da minha informação de 06/12/2016 e aprovação na Reunião de Câmara de 07/12/2016, foi solicitado ao empreiteiro adjudicatário da obra proposta para a execução de trabalhos imprevistos necessários (quadro sub):-----

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	UN	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
1	DRENAGEM PASSAGEM HIDRÁULICA Ø 1000 Execução de passagem hidráulica Ø 1000, com fornecimento e assentamento de manilhas armadas pré-fabricadas da classe V, incluindo reforço da base de assentamento em camada de tout-venant com 30 cm de espessura devidamente compactada e posterior aterro técnico até recobrimento total da manilha.	ml	341,62		-€
2	Execução de caixas de visita com base em betão pré-fabricado armado e prolongamento em aneis pré-fabricados Ø 1250 armados, incluindo cone e tampa em FFD D400, bem como aterro técnico	un	2,00		
TOTAL					-€



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O preço proposto de 66.283,50 € para a execução desses trabalhos é aceitável, atendendo aos preços dos materiais, mão de obra e equipamentos a preços atuais na região.-----

-----Assim sou do parecer os trabalhos a mais necessários reúnem os requisitos exigidos para a sua execução nos termos do artº. 370º. do CCP, com a alteração introduzida pelo Dec. Lei 149/2012 de 12 de Julho.-----

----O prazo para a execução dos trabalhos será de 60 dias. Coloco o assunto à consideração superior.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a execução dos trabalhos a mais e imprevistos, bem como o mapa de espécie e quantidades e respetivo valor, devendo proceder-se à respetiva notificação ao adjudicatário da obra.-----

6.1.2.-Candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020 – Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Foi presente o ofício referência UO1-CIC 837/2016, datado de 16/12/2016, do Programa Operacional Regional do Centro 2020, através do qual notifica o Município de que a candidatura nº. Centro 02-0853-FEDER-000032 - “Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira” foi admitida, tendo por base a argumentação e documentação apresentadas em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121º. e seguintes do CPA, encontrando-se em fase de análise técnica, apuramento do mérito e proposta de decisão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

7.-ADMINISTRAÇÃO:-----

7.1.-RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇA) COM NUNO VASCO SIMÕES FERNANDES - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 3/12/2017, referente à emissão de parecer prévio vinculativo previsto no artigo 51º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2017), necessário à renovação de contrato de prestação de serviços (avença), com Nuno Vasco Fernandes, e que a seguir se transcreve:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para renovação do contrato de prestações de serviços (tarefa) com Nuno Vasco Simões Fernandes:-----

-----**I - Objeto do contrato:**-----

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objecto a prestação de serviços de projeção de filmes e assistência técnica de eventos a realizar no Centro de Animação Cultural.-----

-----Nos termos da sua cláusula terceira tem a duração de um ano e é renovável por igual período.-----

-----O seu período de vigência terminou a 31 de Dezembro de 2016.-----

-----**II-Parecer prévio vinculativo:**-----

-----1- Nos termos do nº 1 do artigo 51º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2017, a renovação do contrato carece de parecer prévio vinculativo .-----

-----2- Nos termos do nº 2 do citado artigo 51º, o parecer prévio depende:-----

-----a) De se tratar de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego públicoDa inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções;-----

-----b) Declaração de cabimento orçamental;-----

-----c) Verificação do cumprimento do nº 1 do artigo 35º da citada Lei 7-A/2016.-----

-----3- Verificação dos requisitos:-----

-----a) No presente contrato a renovar verifica-se que:-----

-----b) Trata-se de execução de trabalho não subordinado e dada a sazonalidade deste tipo de serviços ,não se justifica o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público.-----

-----c) Quanto à alínea b) do anterior ponto 2 , as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia ao INA prevista na Portaria 48/2014, de 26 de Fevereiro, nos termos da nota técnica 5/JP /2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública.-----

-----d) O cabimento da despesa foi efetuado através do lançamento n.º 15962.-----

-----e) Nos termos do nº2 do artigo 49º da já citada Lei 42/2016, os valores pagos por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016.-----

-----f) No presente contrato o valor a pagar é do mesmo valor do pago em 2016, 560,00/mensais. -----

-----Assim o contrato a renovar cumpre aquela norma.-----

-----**III-Da proposta em sentido estrito:**-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas estão reunidos, no presente caso individual e concreto, todos os requisitos necessários à emissão de parecer prévio vinculativo.-----

-----Nos termos do nº 7 do artigo 51º da citada Lei 42/2016 a competência para emissão do parecer prévio vinculativo pertence ao órgão executivo.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável relativamente à renovação de contrato de prestação de serviços (avença), com Nuno Vasco Fernandes.-----

7.2.-RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVENÇA DE CARLOS SANTOS – ARQUITETURA E URBANISMO, LDª.- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 3/12/2017, referente à emissão de parecer prévio vinculativo previsto no artigo 51º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2017), necessário à renovação de contrato de prestação de serviços (avença), de Carlos Santos – Arquitetura e Urbanismo, Ldª., e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para renovação do contrato de prestações de serviços (avença) com Carlos Santos – Arquitetura e Urbanismo, Ldª..-----

-----**I-Objeto do contrato:**-----

-----O contrato de prestação de serviços tem como objecto a prestação de serviços técnicos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nomeadamente Consultadoria Genérica, elaboração de relatórios no âmbito de planeamento e urbanismo, licenciamento, emissão de pareceres sobre pedidos de viabilidade de projetos, quer de loteamentos, quer de construção de edifícios.-----

-----Nos termos da sua cláusula terceira o seu prazo de vigência termina a 31 de Dezembro de 2016.-----

-----II-Parecer prévio vinculativo:-----

-----Nos termos do nº 1 do artigo 51º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2017), a renovação do contrato carece de parecer prévio vinculativo.-----

-----1-Nos termos deste mesmo nº 5 o parecer prévio depende:-----

-----a) De se tratar de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público.-----

-----b) Da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções;-----

-----c) Declaração de cabimento orçamental;-----

-----d) Verificação do cumprimento do nº 2 do artigo 49º da citada Lei 42/2016-----

-----3- Verificação dos requisitos:-----

-----a) No presente contrato a renovar verifica-se que:-----

-----b) Trata-se de execução de trabalho não subordinado e dada a sazonalidade deste tipo de serviços ,não se justifica o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público. -----

-----c) Quanto à alínea b) do anterior ponto 2, as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia ao INA prevista na Portaria 48/2014, de 26 de Fevereiro, nos termos da nota técnica 5/JP /2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública:-----

-----d) O cabimento da despesa foi efetuado através do lançamento nº15963.-----

-----e) Nos termos do nº1 do artigo 35º da já citada Lei 701-A/216, os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----No presente contrato o valor a pagar é do mesmo valor do pago em 2016, 598,56€/mensais. Assim o contrato a renovar cumpre aquela norma.-----

-----III-Da proposta em sentido estrito:-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas estão reunidos, no presente caso individual e concreto, todos os requisitos necessários à emissão de parecer prévio vinculativo.-----

-----Nos termos do nº 7 do artigo 51º da citada Lei 42/2016 a competência para emissão do parecer prévio vinculativo pertence ao órgão executivo.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo favorável relativamente à renovação de contrato de prestação de serviços (avença), de Carlos Santos – Arquitetura e Urbanismo, Lda..-----

7.3.-PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PROMOVIDO PELA CIM-RC PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT) DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta, do seguinte teor: -----

-----“Afim de se proceder à abertura do competente concurso de fornecimento de energia elétrica para fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN), do Município de Mortágua, no seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 07/12/2016.-----

-----O procedimento vigorará então, pelo período de 3 anos, com início de 1 de março de 2017 e término a 28 de fevereiro de 2020.-----

-----De modo a quantificar o procedimento, foram analisados os consumos do mesmo e, atendendo às estimativas obtidas, presumiram-se os consumos que virão a ser necessários para o procedimento a abrir.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Os encargos para o fornecimento de energia elétrica às instalações do município (edifícios e rede de iluminação pública), foram apurados em referência ao ano de 2015, importaram em 443.345,81 €;-----

-----Considerando ainda a complexidade do procedimento administrativo de contratação, bem como as vantagens comerciais, traduzidas num preço mais favorável, decorrentes da opção de estabelecer contrato por um período alargado que ultrapassará, necessariamente o ano económico;-----

-----O prazo de vigência do referido contrato nos termos do artigo 440º. aplicável por força do prescrito no artigo 451º., ambos do CCP, não poderá ultrapassar o limite máximo de 3 anos;----

-----O encargo estimado anual decorrente do fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) será de: Ano de 2017 (10 meses) – 369.454,80 €; Ano de 2018 - 443.345,81 € ;Ano de 2019 - 443.345,81 €; Ano de 2020 (2 meses) - 73.890,96€, que inclui o IVA à taxa legal em vigor, e acomoda eventual atualização do preço por causa da inflação e a inclusão de novas instalações;-----

-----Os referidos preços a apresentar contemplam também a existência de taxas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), sendo que dado que a vigência das mesmas é feita por ano civil as mesmas poderão ser objeto de revisão no período do contrato. -

-----O custo com o presente fornecimento estima-se, de acordo com as quantidades a concurso, com base no valor atualizado dos itens a fornecer, no valor global de 1.330.037,42 €.-----

-----O presente procedimento assume a classificação CPV seguinte, sendo que ao vocabulário principal corresponde o código 65300000.-----

-----Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento concursal por ajuste direto, atípico, do tipo “Celebração de Contrato ao Abrigo de Acordo Quadro”, nos termos do artigo 259.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão, do Município de Mortágua, pelo período de 3 anos.-----

-----Propõe-se esta tipologia concursal, uma vez que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), concluiu o procedimento de Concurso Público Internacional para a celebração de Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade (CIMRC –AQ02/16), sendo que o procedimento a abrir se enquadra no Lote 4 do mesmo (Lote 4 – agregado BTN; BTE e MT).-----

-----No referido procedimento, e para o lote evidenciado, foram selecionados os seguintes fornecedores, devendo os mesmos serem, obrigatoriamente, convidados na consulta a ser desenvolvida pelo Município de Mortágua: Endesa - Energia, S.A. (NIPC 980 245 974); EDP Comercial - Comercialização de Energia, S. A. (NIPC 503 504 564); GALP Power, S. A. (NIPC 504 723 456).-----

-----Saliente-se, no entanto que, atendendo ao objeto do contrato, e dado que se trata de um serviço essencial previstos no número 2, do artigo 1.º, da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na sua versão atualizada, mais concretamente pelo disposto na alínea b), do mesmo, diga-se “serviço de fornecimento temos que, nos termos da alínea a), do número 8, do artigo 49.º, da Lei n.º - 41/2017, de 28 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado de 2017, o mesmo não está sujeito quer à aplicação da redução remuneratória quer à emissão de parecer prévio para o mesmo.-----

-----De igual modo, e atendendo ao disposto na alínea b), do n.º.8 do referido artigo 49.º, da Lei do Orçamento de Estado de 2017, a referida sujeição está também dispensada dado tratar-se de uma celebração de contrato de prestação de serviços ao abrigo de Acordo Quadro como acima se evidenciou.-----

-----Critérios de Adjudicação: A adjudicação será efetuada à proposta financeiramente mais vantajosa, atendendo ao disposto no ponto VIII, do Convite à Apresentação de Propostas, do presente Processo de Concurso. -----

-----APROVAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO: Junto se anexa o respetivo Processo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Concurso (Convite à Apresentação de Propostas e Caderno de Encargos) nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos, para aprovação.-----

-----Júri: De acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, "...os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º do mesmo Diploma Legal.--

-----Para efeitos do Ajuste Direto mencionado em epígrafe, propõe-se para Júri, os seguintes elementos: -----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador;-----

-----Vogal: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão;-----

-----Vogal: Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico que desempenhará as funções de vogal e gestor do procedimento.-----

-----Membros suplentes: Engº. Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão; Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior -----

-----Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito de presente procedimento, se propõe que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, ou de outras comunicações eventualmente apresentadas no decurso da apresentação das propostas, ou à competente prorrogação do prazo de apresentação das propostas que se venha a verificar, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----A despesa com o presente procedimento deverá onerar, em função do prazo de vigência do contrato, 10 meses para o ano de 2017, os anos de 2018, 2019 e 2 meses do ano de 2020 e de acordo com o que se resume, os orçamentos dos anos económicos de 2017, 2018, 2019 e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2020, nas rubricas abaixo indicadas. O preço base do procedimento encontra-se previamente cabimentado, sob números arrolados abaixo, sendo que os mesmos contemplam na informação de cabimento para os anos seguintes, no ano de 2017, a parte do valor considerado para o mesmo.-----

-----Os cabimentos foram efetuados em função da distribuição plurianual da realização da despesa, pelas seguintes rubricas, 020201 e 020225 e com os números sequenciais de cabimento 15966, 15967 e 15968.-----

-----ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: Atendendo a que a despesa do presente procedimento terá um encargo orçamental nos anos económicos de 2017, 2018, 2019 e 2020, a autorização da repartição de encargos prevista nos números 1, 2 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, foi sujeita a autorização do Órgão Deliberativo, dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão de 16/12/2016. De igual modo, e dada a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromisso, e atendendo ao disposto na sua alínea c), do número 6, a autorização da assunção do compromisso plurianual, subjacente ao presente procedimento, foi também objeto da autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão de 16/12/2016.-----

-----Junto ao processo encontram-se 3 informações de cabimento de verba emitidas em 04/01/2016.”-----

-----A Câmara, por unanimidade, deliberou:-----

-----1-Mandar proceder à abertura de procedimento por ajuste direto, tendo em vista o “Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão, do Município de Mortágua ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade, promovido pela CIM-RC”.-----

-----2-Aprovar o respetivo Processo de Concurso (Convite à apresentação de propostas e Caderno de Encargos);-----

-----3-Aprovar a constituição do Júri para o presente concurso.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.4.-PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELA CIM-RC PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta, do seguinte teor:-----

-----“A fim de se proceder à abertura do competente concurso de fornecimento de fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico terá, no seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 07/12/2016, do seguinte teor:-----

-----O procedimento vigorará então, pelo período de 3 anos, com início de 1 de março de 2017 e término a 28 de fevereiro de 2020.-----

-----De modo a quantificar o procedimento, foram analisados os consumos do mesmo e, atendendo às estimativas obtidas, presumiram-se os consumos que virão a ser necessários para o procedimento a abrir.-----

-----Os encargos para o fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, foram apurados estimados em referência aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, importaram em 3.000,00 € em gasolina e 140.000,00 € em gasóleo;-----

-----Considerando a complexidade do procedimento administrativo de contratação, bem como as vantagens comerciais, traduzidas num preço mais favorável, decorrentes da opção de estabelecer contrato por um período alargado que ultrapassará, necessariamente o ano económico;-----

-----O prazo de vigência do referido contrato nos termos do artigo 440º. aplicável por força do prescrito no artigo 451º., ambos do CCP não poderá ultrapassar o limite máximo de 3 anos;---

-----O encargo estimado anual decorrente do fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, será de: -----

-----Gasolina: Ano de 2017 (10 meses) – 2.500,00€; Ano de 2018 - 3.000,00 €; Ano de 2019 – 3.000,00 €; Ano de 2020 (2 meses) - 500,00 €.-----

-----Gasóleo: Ano de 2017 (10 meses) – 116.666,70 €; Ano de 2018 - 140.000,00 €, Ano de 2019 – 140.000,00 €; Ano de 2020 (2 meses) - 23.333,34 €;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----que inclui o IVA à taxa legal em vigor, e acomoda eventual atualização do preço por causa da inflação;-----

-----O custo com o presente fornecimento estima-se no valor global de 429.000,4€ valor que corresponderá ao preço base do presente procedimento.-----

-----O procedimento terá a classificação CPV seguinte, sendo que ao vocabulário principal corresponde o código 09134100 - Gasóleo num total de 420.000,04 € e, ao objeto complementar, o código 09132100 - Gasolina sem chumbo num total de 9.000,00 €. -----

-----Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento concursal por ajuste direto, atípico, do tipo “Celebração de Contrato ao Abrigo de Acordo Quadro”, nos termos do artigo 259.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, para o fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (CIMRC-AQ 01/15), promovido pela CIM-RC. ---

-----Sugere-se esta tipologia concursal, uma vez que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), concluiu o procedimento de Concurso Público Internacional para a celebração de Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, sendo que o procedimento a abrir se enquadra no Lote 1 do mesmo (Lote 1 - Combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo - com cartão eletrónico de abastecimento).-----

-----No referido procedimento, e para o lote evidenciado, foram selecionados os seguintes fornecedores, devendo os mesmos serem, obrigatoriamente, convidados na consulta a ser desenvolvida pelo Município de Mortágua: Repsol Portuguesa, S. A. (NIPC 500 246 963); BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S. A. (NIPC 500 194 670); Petróleos de Portugal - PETROGAL, S. A. (NIPC 500 697 370). -----

-----CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO: A adjudicação será efetuada à proposta economicamente mais vantajosa, atendendo ao disposto no ponto X., do Convite à



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Apresentação de Propostas, do presente Processo de Concurso, tendo em conta os seguintes fatores e respetivas ponderações, que se resumem: P - Preço -70 % D - Cobertura Geográfica, em que será avaliada a distância ao posto de abastecimento - 30%..-----

-----APROVAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO: Junto se anexa o respetivo Processo de Concurso (Convite à Apresentação de Propostas e Caderno de Encargos) nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----JÚRI: De acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, "...os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número impar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º do mesmo Diploma Legal. --

-----Para efeitos do Ajuste Direto mencionado em epígrafe, propõe-se para Júri, os seguintes elementos:-----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador;-----

-----Vogal: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão;-----

-----Vogal: Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico que desempenhará as funções de vogal e gestor do procedimento.-----

-----Membros suplentes: Engº. Arnaldo Duarte Araújo Borges Ferreira, Chefe de Divisão; Drª. Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior.-----

-----Atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito do presente procedimento, se propõe que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----IMPUTAÇÃO ORÇAMENTAL: O eventual custo com o presente procedimento deverá onerar as rubricas abaixo indicadas, onde o mesmo se encontra previamente cabimentado, pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

seu valor base, acima mencionado, devidamente distribuído pelas mesmas, sob os números expressos, sendo que contemplam, na informação de cabimento para anos seguintes, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 a parte dos valores considerados para os referidos anos, face às quantidades dos materiais, ao período de vigência do procedimento e aos preços estimados para os mesmos, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder às correções dos valores dos respetivos cabimentos para os valores a adjudicar, sendo que os seus dados se resumem: Rúbrica Orçamental 02 02010202 - "Gasóleo", e 020100201 "Gasolina" respetivamente sob o número de cabimento 15965 e 15964.-----

-----ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: Atendendo a que a despesa do presente procedimento terá um encargo orçamental nos anos económicos de 2017, 2018, 2019 e 2020 a autorização da repartição de encargos prevista nos números 1, 2 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, foi sujeita a autorização do Órgão Deliberativo, dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão de 16/12/2016. -----

-----De igual modo, e dada a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromisso, e atendendo ao disposto na sua alínea c), do número 6, a autorização da assunção do compromisso plurianual, subjacente ao presente procedimento, foi também objeto da autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão de 16/12/2016." -----

-----Junto ao processo encontram-se 2 informações de cabimento de verba emitidas em 04/1/2016."-----

-----A Câmara, por unanimidade, deliberou:-----

-----1) Mandar proceder à abertura de procedimento por ajuste direto, tendo em vista o "Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários", nos precisos termos do preconizado na referida informação;-----

-----2) Aprovar o respetivo Processo de Concurso (Convite à apresentação de propostas e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Caderno de Encargos); -----

-----3) Aprovar a constituição do Júri para o presente concurso, nos termos propostos.-----

7.5.-RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO REQUERIDO PELO MONTEBELO AGUIEIRA LAKE RESORT & SPA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de ratificação conforme dispõe o nº. 3 do artigo 35º. do Anexo à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, o seu despacho datado de 27/12/2017, em que procedeu ao deferimento do requerimento, datado de 22/12/2016, do Montebelo Agueira Lake Resort& SPA, com número de contribuinte 50262703, a requerer autorização para o lançamento de fogo de artifício no evento de fim de ano 2016/2017, considerando a data do evento e a impossibilidade de naquele período reunir a Câmara para a sua apreciação.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente.---

7.6.-PAGAMENTO COERCIVO DE VALOR EM DíVIDA OCUPAÇÃO DE LUGAR DE COMÉRCIO FEIRA DE VALE DE AÇORES:-----

-----No seguimento da deliberação de Câmara de 16/11/2016 foi desenvolvido o processo de pagamento coercivo ao Senhor Luciano Pedro Castanheira Fernandes de Figueiredo, residente na Rua Estrada Nacional nº. 234, Oliveirinha, 3430-408 Carregal do Sal, com o NIF 186675178, para efetuar o pagamento de ocupação de lugar de comércio na Feira de Vale de Açores, referente ao 3º. e 4º. Trimestres de 2015, no valor de duzentos e dez euros (210,00 €) devido ao Município, tendo o Tesoureiro do Município emitido em conformidade com a mesma deliberação a correspondente certidão de dívida e a guia de débito nº.1 e nº.2/2016, em 12/12/2016, dado que após notificação não procedeu ao respetivo.-----

-----No entanto por informação de 30/12/2016 dos serviços administrativos verifica-se que em 27/12/2016 o Senhor Luciano Pedro Castanheira Fernandes de Figueiredo efetuou o pagamento voluntário da dívida, conforme guia de recebimento nº.s 3094 e 3095.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder à extinção do processo de pagamento coercivo e ao seu arquivamento.-----

7.7.-ALTERAÇÃO DE DATA DA REUNIÃO DE CÂMARA:-----

-----O Senhor Presidente propôs que a data da reunião ordinária da Câmara Municipal marcada para o dia 18 de janeiro fosse alterada para o dia 19 de janeiro, pelas quinze horas, mantendo-se esta pública, uma vez que irá deslocar-se nos dias 17 e 18 de janeiro em visita ao Ayuntamiento de Alcobendas (Madrid), no âmbito do EFQM Excellence Award Winner no seguimento de convite formulado à CIM Região de Coimbra.-----

-----A Câmara tomou conhecimento da deslocação do Senhor Presidente e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da data de realização das reuniões de Câmara, ficando os membros presentes dispensados de qualquer outra forma de convocação.-----

8.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

8.1.-EDIFICAÇÃO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

8.1.1.-Processo nº. 08/2012/03:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/08/2016 pelo Senhor Presidente foi novamente presente o processo número 08/2012/03, referente ao prédio em mau estado de conservação, sito na Rua do Chão do Pedro, na Felgueira, Freguesia do Sobral, de propriedade da herança por óbito de Esmeraldo dos Reis e de Emílio Ramos Alves acompanhado do ofício nº. 849, de 2016/11/11 da Autoridade Tributária e Aduaneira e através do qual identifica os respetivos proprietários:-----

----Por óbito de Esmeraldo dos Reis, a respetiva herança é representada pela cabeça de casal e herdeira, Maria Izilda dos Reis, NIF 150260989, com residência em Rua Principal 21, Felgueira, sendo os restantes herdeiros, Maria da Piedade dos Reis Afonso, NIF 137404000, com residência em 57 Rue Liberation – Dudelange; Maria Leonor dos Reis NIF 140069186, com residência em 40 Rue Everad Ketten 1856 Limpersetberg, Amílcar dos Reis NIF 152156224, com residência em Rua Principal 21 Felgueira, António dos Reis NIF 174695004, com residência em Rua Principal, 21 Felgueira, e Maria Judite dos Reis NIF 224726374, com



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

residência em 45 Rue Glesener – 1631 Luxemburgo.-----

-----Assim pode a Câmara proceder à notificação da decisão tomada em reunião da Câmara Municipal de Mortágua de 5/08/2015, que converteu em definitivo a decisão que consta da deliberação da Reunião de Câmara de 2/05/2012 sobre o processo 08/2012/03, referente ao citado prédio em mau estado de conservação.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade notificar todos os herdeiros do teor da deliberação de Câmara de 05/08/2015.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----